



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XIX PALMAS, SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008

Nº 1631



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

1º Vice-presidente: Dep. Fabion Gomes

2º Vice-presidente: Dep. Luana Ribeiro

1º Secretário: Dep. Iderval Silva

2º Secretário: Dep. José Geraldo

3º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

4º Secretário: Dep. Stalin Bucar

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, César Halum (Vice) Eduardo do Dertins, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Valuar Barros, Eli Borges, Raimundo Palito, Fabion Gomes

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h30

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Fábio Martins, Marcello Lelis, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Paulo Roberto, Valuar Barros, Raimundo Palito, Raimundo Moreira.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Amélio Cayres (pres)**, César Halum (vice), Manoel Queiroz, Eli Borges, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Angelo Agnolin, Solange Duailibe, Marcello Lelis, Fabion Gomes.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins (vice), Júnio Coimbra, Raimundo Moreira, Raimundo Palito.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Paulo Roberto, Josi Nunes, Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Josi Nunes (pres)**, Raimundo Palito (vice), Eduardo do Dertins, Júnio Coimbra, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Sandoval Cardoso, César Halum, Manoel Queiroz, Stalin Bucar, Luana Ribeiro.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Dr. Zé Viana (vice), Solange Duailibe, Valuar Barros, Marcello Lelis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, César Halum, Angelo Agnolin, Stalin Bucar, Raimundo Palito.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Josi Nunes, Raimundo Moreira, Luana Ribeiro.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Stalin Bucar (pres)**, Valuar Barros (vice), Paulo Roberto, Manoel Queiroz, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Júnio Coimbra, Eduardo do Dertins, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Marcello Lelis (pres)**, Eli Borges (vice), Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Solange Duailibe, Sandoval Cardoso, Luana Ribeiro, Amélio Cayres.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Solange Duailibe (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Valuar Barros, Raimundo Moreira, Marcello Lelis.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do TCE

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS

Deputados: **César Halum (pres)**, Fabio Martins, Júnio Coimbra, Stalin Bucar, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eli Borges, Eduardo do Dertins, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Marcello Lélis.

Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Saúde

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, Eduardo do Dertins (vice), Stalin Bucar, Paulo Roberto, Marcello Lélis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Raimundo Moreira, Luana Ribeiro, Josi Nunes, César Halum, Solange Duailibe

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

RESOLUÇÃO Nº 266/2008

Altera o anexo I da Resolução nº 226, de 20 de fevereiro de 2003, e adota outras providências.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no termos do Regimento Interno, aprova e eu promulgo a presente Resolução:

Art. 1º O Anexo I da Resolução nº 226, de 20 de fevereiro de 2003, passa a vigorar acrescido dos cargos constante do Anexo Único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D'Abreu, em Palmas, aos 08 dias do mês de julho de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente

Deputado **IDERVAL SILVA** 1º Secretário
Deputado **JOSÉ GERALDO** 2º Secretário

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO Nº 266/2008

TABELA DE CARGOS COMMISSIONADOS - ASSESSORIA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMB.	QTDE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
Assessor Parlamentar do Gabinete da Presidência	DAS-10	9
Secretário Legislativo do Gabinete da Presidência	DAS-1	3
MESA DIRETORA, LÍDER DE BLOCO PARLAMENTAR, LÍDER DO GOVERNO, ASSESSORAMENTO ÀS COMISSÕES, PROCURADORIA E OUVIDORIA PARLAMENTAR		
Assessor Parlamentar das Comissões Permanentes	DAS-10	15
Assessor Parlamentar da Procuradoria/Ouvidora Parlamentar	DAS-10	4
Assessor Parlamentar de Lideranças	DAS-10	12
Secretário Legislativo da Procuradoria/Ouvidora Parlamentar	DAS-1	4
GABINETE DE DEPUTADO		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	SÍMBOLO
ASSESSOR PARLAMENTAR	AP-1	DAS-12
	AP-2	DAS-11
	AP-3	DAS-10
	AP-4	DAS-9
	AP-5	DAS-8
	AP-6	DAS-7
	AP-7	DAS-6
	AP-8	DAS-5
	AP-9	DAS-4
	AP-10	DAS-3
	AP-11	DAS-2
	AP-12	DAS-1
	AP-13	CAD-12
	AP-14	CAD-11
	AP-15	CAD-10
	AP-16	CAD-9
	AP-17	CAD-8
	AP-18	CAD-7
	AP-19	CAD-6
	AP-20	CAD-5

RESOLUÇÃO Nº 267/2008

Altera a Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e adota outras providências.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no termos do Regimento Interno, aprova e eu promulgo a presente Resolução:

Art. 1º A Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo I-A, no Título II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins:

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA

“CAPÍTULO I-A

DA PROCURADORIA E OUVIDORIA PARLAMENTAR

SEÇÃO I

DA PROCURADORIA PARLAMENTAR

Art. 34-A. A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º A Procuradoria Parlamentar será constituída por um membro titular e dois suplentes designados pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, a cada dois anos, no início da sessão legislativa.

§ 2º A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou de imprensa que veicular a matéria ofensiva a Casa ou a seus membros.

§ 3º A Procuradoria Parlamentar promoverá por intermédio do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação, inclusive aquela a que se refere o inciso X do art. 5º da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 34-B. Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- ilegalidades ou abuso de poder;
- mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa;
- assuntos recebidos pelo sistema 0800 de atendimento à população;

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III - propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembléia Legislativa;

IV - propor, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito destinado a apurar irregularidades de que tenha conhecimento;

V - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, à Polícia Civil, ao Ministério Público, ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem maiores esclarecimentos;

VI - responder aos cidadãos e as entidades quanto às providências tomadas pela Assembléia Legislativa sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seu interesse;

VII - realizar audiências públicas com segmentos da sociedade civil.

Art. 34-C. A Ouvidoria Parlamentar composta de um Ouvidor-Geral e dois Ouvidores Substitutos designados dentre os membros da Casa pelo Presidente da Assembléia Legislativa, a cada dois anos, no início da sessão legislativa, vedada a recondução no período subsequente

Art. 34-D. O Ouvidor-Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I - solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Assembléia Legislativa, dos Deputados;

II - ter vista no recinto da Casa de proposições legislativas, atos e contratos administrativos e quaisquer outros que se façam necessários;

III - requerer ou promover diligências e investigações, quando cabíveis.

Parágrafo único. A demora injustificada na resposta às solicitações feitas ou na adoção das providências requeridas pelo Ouvidor-Geral poderá ensejar a responsabilização da autoridade ou do servidor.

Art. 34-E. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação ou de imprensa da Casa. (NR)

Art. 2º O art. 248 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 248. As petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputadas a membros da Casa, serão recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso, desde que:

I - encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas em formulário próprio, ou por telefone, com a identificação do autor;

II - o assunto envolva matéria de competência da Assembléia Legislativa.” (NR)

Art. 3º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, assegurará à Ouvidoria Parlamentar apoio físico, e administrativo necessário ao desempenho de suas atividades.

Art.4º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa baixará

atos complementares necessários à execução desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 8 dias do mês de julho de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUM**
Presidente

Deputado **IDERVAL SILVA** 1º Secretário
Deputado **JOSÉ GERALDO** 2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 268/2008

Acresce e alteram dispositivos da Resolução nº 244, de 21 de dezembro de 2005, e adota outras providências.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no termos do Regimento Interno, aprova e eu promulgo a presente Resolução:

Art. 1º A Resolução nº 244, de 21 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescida dos §§ 1º e 2º:

“CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 10.

§ 1º A cessão de servidor efetivo e estável para outro Órgão ou unidade do Estado, dos demais Estados, da União, Distrito Federal ou Municípios não interrompe o interstício para o desenvolvimento funcional.

§ 2º A Administração da Assembléia enviará o material de avaliação do servidor cedido, para que o Órgão ou unidade do Estado, dos demais Estados, da União, Distrito Federal ou Municípios, onde o servidor tiver exercício, informe a respeito do seu desempenho.” (NR)

Art. 2º Fica incluído o Parágrafo único ao art. 23, na Resolução 244, de 21 de dezembro de 2005, com a seguinte redação:

“Art. 23.

Parágrafo único. Aprovado no estágio probatório, o servidor é elevado para o padrão seguinte da classe inicial do seu cargo, na Tabela de subsídios.” (NR)

Art. 3º O Anexo I da Resolução nº 244, de 21 de dezembro de 2005, passa a vigorar conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados o inciso III do Art.13, o inciso III do art. 14 e o inciso IV do art. 15, todos da Resolução 244, de 21 de dezembro de 2005.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 8 dias do mês de julho de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUM**
Presidente

Deputado **IDERVAL SILVA** 1º Secretário
Deputado **JOSÉ GERALDO** 2º Secretário

ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO Nº 268/2008**Tabela de Cargos Efetivos, Atribuições Básicas e Quantitativos:**

Cargo	Atribuições Básicas	Qtde.
Nível fundamental		
Auxiliar Legislativo	Administrativas	40
	Manutenção e Conservação	04
	Operação de Máquinas de Reprografia	10
	Segurança	20
	Serviços Operacionais	20
Nível Fundamental Especializado		
Auxiliar Legislativo Especializado	Motorista	10
Nível Médio		
Assistente Legislativo	Assistência Administrativa	98
Nível Médio Especializado		
Assistente Legislativo Especializado	Assistência técnica em áudio	05
	Assistência técnica em contabilidade	05
	Assistência técnica em enfermagem	06
	Assistência técnica em segurança do trabalho	02
	Assistência técnica em telefonia	02
	Audioeditoração	15
	Cinegrafia	04
	Fotografia	03
	Locução	02
	Manutenção em informática	06
	Operação de computadores	06
	Programação de computadores	04

PROJETO DE LEI Nº. 211/2008

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Município de Goiatins - APRSMG.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Sul do Município de Goiatins – APRSMG

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2008.

SANDOVAL CARDOSO

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Produtores Rurais do Sul do Município de Goiatins – APRSMG

Moradores do Jardim Santa Helena, pessoa jurídica de direito privado para fins não econômicos, com sede e foro no município de Palmas, constituída em dois de março de 2008, tem por finalidade empenhar-se por melhorias na qualidade de vida de seus moradores em geral, agindo em prol de defender, organizar e desenvolver o trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças distribuindo, gratuitamente, aos mesmos os benefícios conquistados junto aos órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

No desenvolver de suas atividades, a AMOSLEN observará os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, religião e alguma outra distinção de gênero diferente.

Dessa forma, é de exímia importância que a AMOSLEN seja

declarada de utilidade pública para poder atuar integralmente lembrando, ainda, que o Estado só terá a ganhar com o seu trabalho em prol da sociedade.

Pela relevância da presente propositura, conclamo aos demais Parlamentares pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2008.

SANDOVAL CARDOSO

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 214/2008

Cria a Medalha de Mérito no âmbito da Educação Pública Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art.1º É criada a "Medalha de Mérito" que será concedida às pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram em atividades voltadas ao desenvolvimento da educação pública estadual.

Art.2º A indicação dos candidatos entre as pessoas físicas ou jurídicas, bem como a escolha do condecorado dar-se-ão de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Estadual de Educação, que também fixará as regras de concessão.

Art.3º A cerimônia de entrega da "Medalha de Mérito" será realizada anualmente, no dia 15 (quinze) de outubro, como parte integrante às comemorações do calendário do Dia do Professor.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2008.

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa tem por objetivo homenagear as pessoas físicas ou jurídicas que, pela sua dedicação em atividades ligadas ao ensino, tenham contribuído para o desenvolvimento da educação pública do nosso Estado.

O mérito do condecorado se dará pela trajetória, lição de quem dedica sua vida e luta por uma educação pública de qualidade.

Tendo em vista que, pela presente preposição, deverá ser perpetuada, através da "Medalha de Mérito Educativo", a busca continuada do desenvolvimento e valorização da educação do nosso Estado, conto com os senhores Deputados pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2008.

CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 215/2008

Cria o Voluntariado junto ao Serviço Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.

A Assembléia do Estado do Tocantins decreta:

Art.1º Fica criado o Voluntariado junto ao Serviço Público do Estado do Tocantins.

Art.2º Quaisquer cidadão, maior de 16 (dezesseis) anos de idade, poderá se inscrever como voluntário para prestar ser-

viços junto aos diferentes órgãos do Poder Executivo.

Art.3º O voluntário inscrito prestará serviço gratuito ao Estado, conforme a necessidade.

§ 1º O dia e horário da prestação do serviço será acordada entre as partes, obedecendo escala anual de serviço voluntário fixada por cada órgão.

§ 2º O voluntário firmará compromisso de prestação de serviços com o órgão, e, salvo quando houver situações que cause prejuízo à população, esta será interrompida.

Art.4º Não existirá impedimentos de nenhuma espécie da parte dos órgãos públicos quanto à prestação de serviços previstos em Lei que o voluntário deseja realizar, salvo na falta de vaga.

Parágrafo único. O voluntário com habilitação de nível superior poderá prestar serviço dentro de sua área de atuação, respeitadas as determinações do órgão público em que for atuar.

Art.5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 1º de julho de 2008.

JUSTIFICATIVA

O voluntariado é comum em diversos países do mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, contam com a prestação de serviço voluntário, junto aos órgãos públicos em muitos de seus Estados.

Como no Brasil faltam instrumentos normativos que disciplinem a questão do voluntariado essa proposta visa, no âmbito do Estado do Tocantins, a criar um corpo de voluntários, normatizando, assim, tal questão.

Convém observar se tratar de um serviço gratuito, que em nada onerará o Poder Público. Portanto, com a formação desse voluntariado, teremos jovens, adultos e senhores idosos podendo oferecer parte de seu tempo no auxílio dos serviços públicos. Esta prestação se dará junto a cada Secretaria de Estado ou Órgão Público, colaborando com o povo tocantinense em diferentes áreas.

Pessoas com instrução de nível superior também poderão prestar o auxílio, conforme estabelecido na proposta. Isto poderá significar, inclusive, um maior número de médicos, professores e advogados, por exemplo, a serviço da população.

A proposta abre a possibilidade de inserir nessa prestação de serviços, em especial, o idoso já aposentado, que poderá contribuir com sua experiência.

O grande mérito da presente propositura ao ser transformado em Lei é o fato de desburocratizar e eliminar as barreiras que dificultam a participação de pessoas que querem prestar serviços como voluntários em repartições públicas Estaduais e a falta de legislação regulamentadora.

Em vista do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação de tão importante proposição.

Sala de Sessões, 1º de junho de 2008.

CARLOSHENRIQUE GAGUIM

Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Ducentésima Trigésima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Fabion Gomes, Secretariado pelos Senhores Deputados: Stalin Bucar, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixou de comparecer o Senhor Deputado Fábio Martins. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 28/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 26/2008, que “Autoriza o Poder Executivo doar à Companhia de Energia Elétrica do Tocantins – CELTINS, área de terreno rural que especifica”; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Fábio Martins, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Sandoval Cardoso e Stalin Bucar; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a prorrogação de convênio com a Associação Beneficente Nossa Senhora de Fátima e celebração de Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Secretaria da Fazenda; e ofícios oriundos dos Gabinetes dos Senhores Deputados justificando suas ausências: Amélio Cayres, nos dias 11 (período vespertino), 12, 24, 25 (período matutino) e 26; Angelo Agnolin e Stalin Bucar, nos dias 10, 19, 25 (período matutino) e 26; Cacildo Vasconcelos e Raimundo Moreira, nos dias 10, 24, 25 (período matutino) e 26; Carlos Henrique Gaguim, nos dias 05 e 18 (período vespertino); César Halum, nos dias 04 (período vespertino), 11 (período matutino), 24, 25 (período matutino) e 26; Dr. Zé Viana, nos dias 03, 11 (período matutino), 25 (período matutino) e 26; Eduardo do Dertins, nos dias 11 (período vespertino), 19, 24, 25 (período matutino) e 26; Eli Borges, nos dias 11 (período vespertino), 24 e 25 (período matutino); Fábio Martins, nos dias 05, 18 (período vespertino), 19, 25 (período matutino) e 26; Fabion Gomes, nos dias 04 (período vespertino), 05, 11 (período matutino), 24, 25 (período matutino) e 26; Iderval Silva, nos dias 03, 18 (período vespertino), 19, 24, 25 (período matutino) e 26; Josi Nunes, nos dias 05, 11 e 26; Júnior Coimbra, nos dias 04, 05, 25 (período matutino) e 26; Luana Ribeiro, nos dias 05, 11 (período matutino), 18 (período matutino), 25 (período matutino) e 26; Manoel Queiroz, nos dias 04 (período vespertino), 05, 11, 12, 18 (período matutino), 19, 24, 25 (período matutino) e 26; Marcello Lelis, nos dias 03, 04, 05, 11 (período matutino), 18 (período vespertino), 24, 25 (período matutino) e 26; Paulo Roberto, nos dias 04 (período matutino), 05, 10, 11, 12, 24, 25 (período matutino) e 26; Raimundo Palito, nos dias 05, 10, 12, 19, 24, 25 (período matutino) e 26; Sandoval Cardoso, nos dias 19, 24, 25 (período matutino) e 26; Solange Duailibe, nos dias 05, 11 (período matutino), 17, 18, 24 e 26; e Valuar Barros, nos dias

11 (período vespertino), 24, 25 (período matutino) e 26. Todas referentes ao mês de junho de 2008. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 217/2008, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin; os Projetos de Resolução que receberam os números 23 e 24/2008, de autoria da Mesa Diretora, respectivamente, e os Requerimentos que receberam os números 7.242 a 7.247. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Conjunta das Comissões e Extraordinárias das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, reabrindo-a às dezessete horas e quarenta minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 7220, 7163, 7183, 4085, 6850, 6870, 6959, 6963, 6964, 7167, 7168, 7164, 7165 e 7114, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Logo após, foi colocado em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 7.248, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para deliberação dos Processos números: 332/2008, 387/2008, 379/2008, 406/2008, 439/2008, 440/2008, 443/2008, 444/2008, 445/2008 e 447/2007, o qual foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas, convocando Sessão Extraordinária para Eleição dos Cargos da Mesa Diretora, para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 03 de julho de 2008

Ata da Ducentésima Trigésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia três de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado José Geraldo, Secretariado pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Primeiro-Secretário e a Senhora Deputada Josi Nunes, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Zé Viana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, César Halum, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Solange Duailibe e Stalin Bucar. Após a leitura do Texto Bíblico, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, passou-se para à Apresentação de Matéria. Foi apresentado o Requerimento que recebeu o número 7.249. Não houve oradores inscritos no horário destinado às Comunicações. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente a transferiu para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos nas Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e quatorze minutos, convocando Sessão Ordinária para

dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATADA 198ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Centésima Nonagésima Oitava Sessão Extraordinária para a Eleição dos Cargos da Mesa Diretora, para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas, da 6ª Legislatura

Às dezoito horas do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal em nome do povo tocantinense, e em consonância com o artigo 12 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão Extraordinária para a Eleição dos Cargos da Mesa Diretora, para a Terceira e Quarta Sessões Legislativas, da Sexta Legislatura com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro-Secretário que procedesse à leitura da chapa e candidaturas avulsas devidamente registradas, de acordo com o inciso I, do artigo 13 do Regimento Interno. Foram registradas as seguintes candidaturas: Presidente, Deputado Carlos Henrique Gaguim; Primeiro Vice-Presidente, Deputado Júnior Coimbra; Segundo Vice-Presidente, Deputado Eduardo do Dertins; Primeiro-Secretário, Deputado Paulo Roberto; Segundo-Secretário, Deputado Stalin Bucar; Terceira-Secretária, Deputada Luana Ribeiro; e Quarto-Secretário, Deputado Manoel Queiroz. O Senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário a votação em chapa única o preenchimento, a qual, foi aprovada. Foram designados os Senhores Deputados Raimundo Palito e Sandoval Cardoso, para que fizessem uma vistoria na cabina e na urna, respectivamente. Em seguida, após informação da Comissão de Fiscalização que estava tudo correto, foi iniciado o Processo de votação. Foram nomeados como Escrutinadores os Senhores Deputados Raimundo Moreira e Valuar Barros. Logo após, com a aquiescência do Plenário o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação, em chapa única, dos cargos da Mesa Diretora. Encerrada a votação, o Senhor Presidente determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse à leitura do resultado da votação, constante do Boletim Geral de apuração, com o seguinte resultado: Deputado Carlos Henrique Gaguim, 24 votos; Deputado Júnior Coimbra, 24 votos; Deputado Eduardo do Dertins, 24 votos; Deputado Paulo Roberto, 24 votos; Deputado Stalin Bucar, 24 votos; Deputada Luana Ribeiro, 24 votos; Deputado Manoel Queiroz, 24 votos. Diante do resultado oficial, o Senhor Presidente proclamou eleita a Mesa Diretora para a Terceira e Quarta Sessões Legislativas, da Sexta Legislatura composta pelos seguintes membros: Presidente, Deputado Carlos Henrique Gaguim; Primeiro Vice-Presidente, Deputado Júnior Coimbra; Segundo Vice-Presidente, Deputado Eduardo do

Dertins; Primeiro-Secretário, Deputado Paulo Roberto; Segundo-Secretário, Deputado Stalin Bucar; Terceira-Secretária, Deputada Luana Ribeiro; Quarto-Secretário, Deputado Manoel Queiroz. Em consonância com o Regimento Interno, o Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados e aos presentes que a posse da Mesa Diretora, recém-eleita, ocorrerá no dia primeiro de fevereiro de 2009, às quinze horas. Em seguida, o Senhor Presidente, Deputado Carlos Henrique Gaguim, externou seus agradecimentos pela contribuição de todos os parlamentares e servidores na atual gestão, bem como agradeceu a presença de seus familiares e amigos e falou de suas expectativas para o próximo biênio no exercício da Presidência deste Poder. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de quinze minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATA DA 199ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Centésima Nonagésima Nona Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e dezoito minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico foram lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matéria. Foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 218/2008, de autoria do Senhor Deputado Fábio Martins, e o Requerimento que recebeu o número 7.250. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 26/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS área de terreno rural que especifica”, que deu origem ao Processo número 444/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 30/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a reverter, em doação, área de terreno urbano ao município de Ponte Alta do Bom Jesus”, que deu origem ao Processo número 387/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 32/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 406/2008, o qual, votado, foi

aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e trinta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATA DA 200ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Ducentésima Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e trinta e um minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 26/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS área de terreno rural que especifica”, que deu origem ao Processo número 444/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 30/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a reverter, em doação, área de terreno urbano ao município de Ponte Alta do Bom Jesus”, que deu origem ao Processo número 387/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 32/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 406/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e trinta e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATADA 201ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****em, 02 de julho de 2008****Ata da Ducentésima Primeira Sessão Extraordinária**

Às dezenove horas e trinta e seis minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 33/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de área de terrenos urbanos que especifica, com respectivas acessões, ao município de Porto Nacional”, que deu origem ao Processo número 439/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 34/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH/TO e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 443/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e trinta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****ATADA 202ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****em, 02 de julho de 2008****Ata da Ducentésima Segunda Sessão Extraordinária**

Às dezenove horas e trinta e nove minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto,

Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 33/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de área de terrenos urbanos que especifica, com respectivas acessões, ao município de Porto Nacional”, que deu origem ao Processo número 439/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 34/2008, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH/TO e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 443/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e quarenta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****ATADA 203ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa****em, 02 de julho de 2008****Ata da Ducentésima Terceira Sessão Extraordinária**

Às dezenove horas e quarenta e dois minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 01/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Altera a Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 332/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 14/2008, de autoria das Comissões Conjuntas de: Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do

Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “Aprova e autoriza a doação de bens públicos que especifica”, que deu origem ao Processo número 379/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e quarenta e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATA DA 204ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Ducentésima Quarta Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 01/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Altera a Lei 1.605, de 1º de setembro de 2005, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 332/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 14/2008, de autoria das Comissões Conjuntas de: Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “Aprova e autoriza a doação de bens públicos que especifica”, que deu origem ao Processo número 379/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para promulgar e comunicar a autoridade competente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e quarenta e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATA DA 205ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Ducentésima Quinta Sessão Extraordinária

Às dezenove horas e quarenta e oito minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 13/2008, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “Aprova o Balanço Geral do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2007”, que deu origem ao Processo número 440/2008, o qual, votado secretamente, foi aprovado com vinte votos favoráveis, um voto contrário e três abstenções, perfazendo um total de vinte e quatro votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Na discussão do Projeto de Decreto Legislativo número 13/2008, usaram a tribuna os Senhores Deputados Raimundo Moreira e Júnior Coimbra. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 23/2008, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a apropriação de vantagens de caráter pessoal decorrentes de acordo ou decisão judicial, no âmbito da Administração da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 445/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e quinze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

ATA DA 206ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

em, 02 de julho de 2008

Ata da Ducentésima Sexta Sessão Extraordinária

Às vinte horas e dezesseis minutos do dia dois de julho de dois mil e oito, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença

dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o

Projeto de Resolução número 23/2008, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a apropriação de vantagens de caráter pessoal decorrentes de acordo ou decisão judicial, no âmbito da Administração da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 445/2008, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para promulgar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte horas e vinte minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres – PR

Angelo Agnolin – DEM

Cacildo Vasconcelos - PP

Carlos Henrique Gaguim – PMDB

César Halum – DEM

Dr. Zé Viana - PSC

Eduardo do Dertins – PPS

Eli Borges – PMDB

Fábio Martins – PDT

Fabion Gomes – PR

Iderval Silva – PMDB

José Geraldo – PTB

Josi Nunes – PMDB

Júnior Coimbra – PMDB

Luana Ribeiro – PR

Manoel Queiroz - PT

Marcello Lelis - PV

Paulo Roberto - DEM

Raimundo Moreira – PSDB

Raimundo Palito – PP

Sandoval Cardoso - PMDB

Solange Duailibe – PT

Stalin Bucar - PSDB

Valuar Barros – DEM

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Júnior Coimbra - PMDB

1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT

2º Vice-Líder: Deputado César Halum - DEM

BLOCO – PSDB/PP/PTB

BLOCO – PR/PV

Líder: Deputado Marcello Lelis - PV

Vice-Líder: Deputado Amélio Cayres - PR

BLOCO – PPS/PDT/PT

Líder: Deputado Eduardo do Dertins - PPS

DOE SANGUE!



VOCE PODE

SALVAR VIDAS!

PROCURE O **HEMOTO** DIRETORIA DE SAÚDE
Hemorrede do Estado do Tocantins